

Diversidade e Discriminação

4a
EDIÇÃO
REVISTA e
AMPLIADA

E D U C A Ç Ã O E M D I R E I T O S H U M A N O S





Diversidade e Discriminação

4^a
EDIÇÃO
REVISTA e
AMPLIADA

E D U C A Ç Ã O E M D I R E I T O S H U M A N O S

Maria da Paz Castro

São Paulo | 2020





Instituto Vladimir Herzog

Direção executiva

Rogério Sottili

Vlado Educação

Direção educacional

Ana Rosa Abreu

Coordenação educacional

Neide Nogueira

Coordenação executiva

Hamilton Harley

Equipe educacional

Ana Lucia Catão

Celinha Nascimento

Crislei Custódio

Maria da Paz Castro

Rogê Carnaval

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D618

Diversidade e discriminação / Maria da Paz Castro (autoria); Maria Paula Zurawski, Crislei Custódio, Julia de Abreu (colaboração); Neide Nogueira (coordenação); Ana Rosa Abreu (direção); Lúcia Brandão (ilustrações) - 4.ed. – São Paulo, SP: Vlado Educação, 2020.

64 p. il.: Color. 20 x 20 cm (Série “Educação em Direitos Humanos”)

ISBN 978-65-86248-03-6

Contém bibliografia.

Caderno integrante da série “Educação em Direitos Humanos”, do Projeto Respeitar é Preciso!, composto de sete volumes, compartilhando orientações, subsídios e sugestões para implementação da cultura da Educação em Direitos Humanos (EDH) nas escolas brasileiras.

1. Desigualdade. 2. Discriminação. 3. Equidade de direitos. 4. Educação em Direitos Humanos. I. Título. II. Castro, Maria da Paz. III. Zurawski, Maria Paula. IV. Custódio, Crislei. V. Abreu, Julia de. VI. Brandão, Lúcia.

CDU 37.06+342.7:316.647.82

Bibliotecário Jônatas Souza de Abreu, Me. CBR 15-179

Gestão de conteúdo do portal

Carol Baggio

Colaboração

Crislei Custódio

Julia de Abreu

Maria Paula Zurawski

Consultoria

Flávia Schilling

Maria Victoria Benevides

Educadoras e educadores da Rede Municipal de

Ensino de São Paulo que contribuíram com pareceres
para esta edição

Assistência editorial e revisão de texto

Jandira Queiroz

Projeto gráfico

S,M&A Design | Samuel Ribeiro Jr.

Ilustrações

Lúcia Brandão

Este material tem autorização para franca multiplicação, desde que
respeitados os direitos autorais e citadas adequadamente as fontes.

SUMÁRIO

Apresentação

5

Introdução

11

1. Desigualdade, discriminação e Direitos Humanos

13

2. Educação em Direitos Humanos e discriminação na escola

16

Racismo

19

A questão indígena

22

Machismo

28

Gênero e sexualidade

29

Preconceito religioso

32

Insucesso no percurso escolar

34

Discriminação de classe social

36

As “marcas” das famílias

37

Xenofobia

38

Liberdade assistida: uma posição delicada

41

Estudantes em situação de inclusão

42

A discriminação pode acontecer de diferentes maneiras

45

Também vale a pena pensar que...

48

3. Atuação no cotidiano da escola

49

Ações de caráter permanente

50

4. Sugestão de atividades pontuais	51
Atividades para a Educação Infantil	51
Atividades para o Ensino Fundamental	52
Atividades originárias das culturas indígenas	53
Algumas ideias para trabalhar com os adultos	55
Outras propostas que podem contribuir para a reflexão dos educadores	56
Bibliografia	58
Filmes e documentários	63
Sites de referência sobre a questão indígena	64

APRESENTAÇÃO

Caras educadoras e caros educadores,



material do Projeto Respeitar é Preciso! começou a ser elaborado em 2014 num processo participativo com educadores da rede pública paulistana (ver histórico no caderno *Respeito na Escola*). E, de 2015 a 2019, foi utilizado em ações de formação na Rede Municipal de Educação de São Paulo, o que trouxe possibilidades de adequação editorial e novos conteúdos. Agora, pela primeira vez, o Projeto Respeitar é Preciso! se amplia com esta edição nacional, visando difundir e reverberar os princípios da Educação em Direitos Humanos em todo o país, por diversas cidades, colaborando na disseminação da cultura de paz, do respeito mútuo e da busca pela cidadania plena, capaz de nos ajudar a construir uma sociedade menos desigual e mais justa.

Intitulado *Diversidade e Discriminação*, este caderno é uma edição revista que compõe o conjunto de publicações do Projeto Respeitar é Preciso! na sua versão nacional, cuja finalidade é, essencialmente, compartilhar orientações, subsídios e sugestões para implementar a cultura da Educação em Direitos Humanos (EDH) nas escolas do país.

Além de ações de formação, esse projeto conta com sete cadernos (*Respeito na Escola, EDH para Todas as Idades, Sujeitos de Direito, Democracia na Escola, Diversidade e Discriminação, Respeito e Humilhação e Mediação de Conflitos*), todos atualizados, revistos e repensados à luz dos acontecimentos e dos debates mais recentes, que demandam o nosso permanente posicionamento, as nossas reflexões e as nossas ações como educadores, sempre tendo como pilar fundamental a Educação em Direitos Humanos.

Sem a pretensão de esgotar os assuntos e os desafios da EDH nos diferentes contextos, houve, para esta edição, uma ampliação das questões tratadas, buscando atender à heterogeneidade das redes de ensino, das escolas e da população brasileira. Em seu conjunto, as reflexões apresentadas nos sete cadernos que compõem esta edição abarcam pontos cruciais para que as práticas educacionais promovam um clima de respeito mútuo nas escolas, no sentido de afastar as possíveis violências psicológicas, institucionais, simbólicas e físicas do cotidiano escolar e, assim, propiciar a construção de um ambiente potente de aprendizagem para todas e todos.

O caderno *Respeito na Escola* dialoga com os adultos da escola, todos considerados educadores, para a reflexão, o planejamento e o desenvolvimento de ações nas escolas, sejam elas de adequação de rotinas, planos de aula, atividades com os alunos, com os pais, entre outras. O caderno *EDH para Todas as Idades* traz reflexões, orientações e sugestões de atividades para o trabalho educativo com crianças e adolescentes nos contextos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Os demais cadernos são temáticos e tratam de questões importantes que perpassam todo o Projeto Respeitar é Preciso! e o trabalho nas escolas. Um tema e outro se entrelaçam, mas a organização em cadernos faz com que seja possível “colocar uma lente” em aspectos diferentes para uma reflexão mais focada: *Sujeitos de Direito, Democracia na Escola, Diversidade e Discriminação, Respeito e Humilhação e Mediação de Conflitos*.

Preconceitos e discriminações são produzidos social e historicamente e perpassam os diferentes âmbitos da vida coletiva. Assim, estão presentes também na escola e

comprometem o convívio, interferem nas relações, colocam entraves à experiência de vida democrática dos estudantes e dos adultos e até mesmo ao aprendizado. Podem ser de natureza étnico-racial, física, linguística, religiosa, política, socioeconômica, geracional, de gênero etc., constituem situações de humilhação que permeiam as relações (ainda que nem sempre sejam percebidas ou identificadas como tal) e não se resumem ao bullying entre os alunos. Podem aparecer também nas decisões pedagógicas, nas normas de convívio, na organização da rotina e do espaço, nos encaminhamentos disciplinares, entre outras situações. O Projeto Respeitar é Preciso! entende essa questão como um ponto fundamental da Educação em Direitos Humanos e, neste caderno, traz uma abordagem geral da discriminação de todo e qualquer tipo, do respeito ao outro e a si próprio, do convívio pacífico e, principalmente, da valorização da diversidade.

Os materiais do Projeto, outros textos, notícias, dicas de leitura e indicação de filmes estão disponíveis no portal respeitarepreciso.org.br, espaço virtual em que uma grande quantidade de ferramentas e documentos está à disposição de todas e todos. O portal é um espaço de informação, interação e construção conjunta deste projeto. Por isso, convidamos a todas e todos para conhecer o Projeto Respeitar é Preciso!

Boa leitura e bom trabalho!

Vlado Educação/Instituto Vladimir Herzog

“As profundas contradições que marcam a sociedade brasileira indicam a existência de graves violações destes direitos em consequência da exclusão social, econômica, política e cultural, que promovem a pobreza, as desigualdades, as discriminações, os autoritarismos, enfim, as múltiplas formas de violências contra a pessoa humana. Estas contradições também se fazem presentes no ambiente educacional (escolas, instituições de educação superior e outros espaços educativos). Cabe aos sistemas de ensino, gestores/as, professores/as e demais profissionais da educação, em todos os níveis e modalidades, envidar esforços para reverter essa situação construída historicamente. Em suma, estas contradições precisam ser reconhecidas, exigindo o compromisso dos vários agentes públicos e da sociedade com a realização dos Direitos Humanos.”

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, Ministério da Educação

Diversidade e Discriminação



INTRODUÇÃO

S discussões de ideias sobre diversidade, desigualdade e discriminação vêm ocupando um espaço significativo em diferentes setores da sociedade, incluindo aqueles voltados para a área da educação. Trata-se de uma discussão necessária, que segue em busca de uma cultura que preserve e valorize a igualdade de direitos, considerando a diversidade como condição para a construção e a existência de uma sociedade.

Qualquer grupo ou reunião de pessoas é marcado e caracterizado pela diversidade. As diferenças de caráter cultural, físico, social, intelectual, de gênero, faixa etária, entre tantas, estão presentes em todas as formas de agrupamento humano e, quando respeitadas, abrem caminho para a inclusão, o respeito e a vida democrática. Entretanto, quando as diferenças são utilizadas para justificar disparidades entre pessoas e agrupamentos sociais, que resultam em desequilíbrio no acesso e na garantia de direitos, o que se tem é o estabelecimento da desigualdade, produzindo discriminação, exclusão, segregação e separação de indivíduos, pessoas e grupos considerados inferiores. Vale notar que essas discriminações são produções históricas e “funcionam” de modo a manter privilégios, pois, ao mesmo tempo que negam os direitos de alguns grupos, favorecem outros.





Essa discussão sobre diversidade e Direitos Humanos é sustentada pela compreensão de que uma sociedade justa é aquela que reconhece as diferenças como características constituintes de qualquer grupo e se enriquece com elas, promovendo igualdade de direitos e justiça. Isso, porém, não deve se confundir com a ideia de que todos devem ser tratados do mesmo jeito. É preciso considerar as singularidades no desenvolvimento de políticas que atendam às necessidades e garantam os direitos de todos os grupos sociais. Trata-se de garantir vida digna para todos, independentemente das condições que possam apresentar, quaisquer que sejam.

A diversidade não representa um obstáculo para a convivência, nem para a construção de um projeto coletivo. Pelo contrário, abre novas possibilidades, enriquece e valoriza os diferentes grupos. No entanto, muitas vezes, as diferenças são pretexto para a criação ou o reforço de desigualdades que violam os direitos fundamentais, que se estendem das necessidades básicas ao acesso à justiça. Podemos citar como exemplo a discriminação étnico-racial. Sabemos que, em muitos países, incluindo o Brasil, pessoas indígenas ou negras são discriminadas, se não pela lei, por um preconceito historicamente arraigado. Com isso, essas pessoas têm seus direitos cerceados e vivem situações de desprezo social e constrangimento, sendo colocadas em posição de inferioridade, ainda que, muitas vezes, de forma camouflada ou dissimulada. Mesmo assim, essas situações não deixam de gerar violência e humilhação.

Isso fica bastante evidente quando observamos a situação da população negra no Brasil em relação à renda média dos trabalhadores brasileiros: 75% é a diferença entre a renda média dos brancos e a renda média dos pretos e pardos, segundo dados de 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Podemos também ilustrar o estado de desigualdade/violação de direitos no Brasil analisando o número de mortes cometidas por policiais. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública: 75,4% das pessoas mortas pelas polícias brasileiras eram negras.

1. DESIGUALDADE, DISCRIMINAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Ao longo dos séculos e em toda parte, a opressão exercida por determinados grupos nacionais, étnicos, religiosos ou políticos sobre outros, colocados em lugar de inferioridade ou rivalidade, representa, ao mesmo tempo, causa e consequência de genocídios, extermínios, “limpezas étnicas”, guerras, situações de domínio, com a consequente e inevitável violação dos Direitos Humanos. Ainda que existam organismos internacionais para a defesa dos direitos e da dignidade dos oprimidos, a supremacia dos opressores por meio da discriminação de alguns povos e grupos sociais é realidade mundial. Superar essa situação é um desafio permanente e fundamental para a comunhão dos povos e para promover o respeito devido a todos pela condição humana, o que é universalmente reconhecido.

Compreender a diversidade com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é considerá-la aspecto soberano de qualquer tipo de vida social, o que demanda o respeito às diferenças entre os povos, os indivíduos e os grupos, em vez de utilizá-las como critério de exclusão social, política e de direitos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é bastante clara quando inicia cada um de seus artigos com as palavras: “Todo ser humano tem direito a...”. A única condição para que um indivíduo seja considerado um sujeito de direito é que seja humano (ver caderno *Sujeitos de Direito*). Trata-se de um princípio ético, político, filosófico, antropológico e jurídico: nada do que alguém tenha feito, bem como nenhuma característica física, intelectual, social ou política, deve levar à privação dos direitos que são universais.

A discriminação acaba por gerar violência e outras ações justificadas pelo ódio ou pelo desprezo. As pessoas discriminadas, ainda que sejam iguais a todas no que lhes confere humanidade, são consideradas “inferiores” por grupos que, com

“
Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.” (artigo 2.º)

Declaração Universal dos Direitos Humanos

isso, se mantêm em posições privilegiadas. Muitas vezes, a simples existência ou a proximidade dos sujeitos discriminados é vista como uma ameaça ao poder e ao padrão sociocultural estabelecido. Não são raras as manifestações explícitas, e quase sempre violentas, de discriminação, que não se justifica.

No Brasil, as manifestações violentas de homofobia e contra negros (em especial, jovens), a segregação social em alguns espaços públicos e a descaracterização e o enxoovalhamento de algumas religiões e cultos acontecem com muita frequência. São exemplos de desrespeito que ferem os princípios básicos dos Direitos Humanos, sendo, portanto, comportamentos pessoais e coletivos inaceitáveis. Transformar essa situação não significa, porém, propor uma atitude “tolerante”, o que, inevitavelmente, colocaria o “tolerado” em condição de inferioridade, mas, sim, construir um novo olhar para a diversidade e a defesa da igualdade e da dignidade, na perspectiva do reconhecimento.

Um aspecto muito presente nos contextos em que o preconceito e a prática da discriminação acontecem é o medo, que se apresenta de formas diversas, tanto no sujeito que discrimina quanto naquele que é o foco da discriminação. No caso de quem discrimina, o medo surge como reação ao encontro com o que parece diferente, desconhecido e, portanto, rotulado como “esquisito”, “estranho” e “ameaçador”. Assim, a falta de familiaridade e de conhecimento pode provocar, em algumas pessoas ou mesmo em um grupo, um movimento de repulsa e distanciamento, que aparentemente os protege do próprio desconhecimento e dos confrontos que acreditam que podem surgir com a proximidade daquilo com que não sabem lidar. Nesse sentido, criar a disposição para que os encontros entre todos aconteçam é a primeira condição para superar a discriminação, conhecer, respeitar e valorizar.

De outro lado, a pessoa ou o grupo discriminado carrega em si o medo da violência geralmente presente nas manifestações de discriminação, ainda que se apresentem de diferentes maneiras, algumas vezes de forma simbólica, e muitas vezes permeada de justificativas (quando, por exemplo, em determinadas escolas, a presença de crianças com deficiência não é indicada por conta de uma suposta impossibilidade



de acompanhar as aprendizagens da classe, ou mesmo quando não se aborda, nas conversas e nas leituras em sala de aula, culturas ou religiões diferentes das que predominam e das que são valorizadas no meio social onde a escola está inserida).

No ambiente escolar, essa situação pode ganhar contornos sérios e trazer consequências desastrosas para o desenvolvimento dos estudantes, assim como prejudicar a manutenção de um ambiente permeado de respeito e justiça. Assim, faz-se necessária, além da garantia do acesso e da permanência de todos em situação de igualdade, a presença de uma cultura inclusiva, o que implica mudanças substanciais no cotidiano escolar, para que se possa cumprir o papel imprescindível que a escola tem na sociedade.

Nesse sentido, os estudantes brasileiros podem contar hoje com a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, importante documento que orienta o trabalho com esses princípios nos currículos de todas as escolas.

O distanciamento, a falta de conhecimento e a naturalização de certas situações são os principais fatores que geram o medo e a exclusão. Logo, a informação e o contato constante (não necessariamente presencial, mas por meio de leituras, pesquisas, notícias e redes de comunicação) com os diferentes modos de viver e de expressar valores são estratégias para o enfrentamento pedagógico das reações de discriminação no universo escolar.

Ainda que a construção de uma sociedade livre de preconceito seja tarefa das mais árduas e complexas (o que não justifica abrir mão dela), não podemos correr o risco de agir como se o preconceito fosse mera decorrência da vida em sociedade. Essa visão equivocada “naturaliza” a discriminação e contribui para a manutenção de privilégios para alguns.

A diversidade não pode ser tomada como adjetivo, qualidade, empecilho ou defeito, mas, sim, como parte da condição humana e fator constituinte de seus agrupamentos. É na complementariedade dos diferentes que nos fazemos humanos. Não existe

A BNCC é um documento normativo, homologado em 2018 e orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva; definindo o conjunto de aprendizagens essenciais para todos os estudantes brasileiros. Assim, todas as escolas brasileiras, tanto públicas quanto privadas, passarão a ter a BNCC como base para a construção e a revisão de seus documentos curriculares.

sociedade sem diversidade. Mais que isso, diversidade é a condição para atribuir a qualquer organização humana o *status* de grupo, com sua identidade reconhecida.

2. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA

Mais que um espaço permeado por diferenças, a escola é onde a discriminação e o desrespeito podem e devem ser tratados desde os primeiros anos de vida dos estudantes. Marcada por relações, conflitos, vínculos e encontros, a escola é o lugar onde a prática educativa pode desencadear um processo de formação ética e de construção de um olhar para o outro, voltado para a justiça, a diversidade e a igualdade. É aí que reside o princípio gerador da Educação em Direitos Humanos, objeto central de trabalho e foco de atenção e atuação do Projeto Respeitar é Preciso!

“Para a sua consolidação, a Educação em Direitos Humanos precisa da cooperação de uma ampla variedade de sujeitos e instituições que atuem na proposição de ações que a sustentam. Para isso, todos os atores do ambiente educacional devem fazer parte do processo de implementação da Educação em Direitos Humanos. Isso significa que todas as pessoas, independente do seu sexo, origem nacional, étnico-racial, de suas condições econômicas, sociais ou culturais, de suas escolhas de credo; orientação sexual, identidade de gênero, faixa etária, superdotação, transtornos globais e do desenvolvimento, têm a possibilidade de usufruir de uma educação não discriminatória e democrática.”

*Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos,
Ministério da Educação*

Direitos Humanos, meio ambiente, desigualdades sociais regionais, intolerâncias culturais e religiosas, abusos de poder, populações excluídas, avanços tecnológicos e seus

impactos, política, economia, consumo e sustentabilidade, entre outros assuntos, são temas prementes que precisam ser debatidos e enfrentados dentro e fora da escola, promovendo assim uma constante reconstrução da sociedade e aproximando-a de um modelo baseado na justiça e na igualdade de todas e todos.

A violência costuma aparecer, tanto dentro quanto fora das escolas, sob várias formas: é algo que não se caracteriza apenas pela agressão física. Ofensas, desprezo, desvalorização, isolamento são formas de opressão psicológica, emocional, moral e afetiva que muitas vezes decorrem da discriminação e do preconceito. São posturas e atitudes carregadas de um alto grau de violência, que ferem diariamente a dignidade das pessoas, em especial aquelas que se encontram em processo de formação: jovens e crianças que deveriam encontrar, no espaço escolar, um ambiente que ofereça, mais que a educação, mas também o acolhimento, a justiça e a experiência da democracia.

Frequentar a escola é um direito de todas as crianças, desde seus primeiros anos de vida, assim como receber dessa comunidade tratamento digno e igualitário. Receber e garantir a toda e qualquer criança a possibilidade de viver um processo de escolaridade que contribua com seu desenvolvimento físico, social e intelectual é missão primeira da escola, explicitada de forma bastante clara no **Plano Nacional de Educação (PNE)**, em sua meta 8: “Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”.

Todo e qualquer estudante, independentemente de ser negro, índio, boliviano, ou de qualquer outra origem e religião, de ser lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual ou transgênero (LGBTQ+), de ser filho de infratores ou simplesmente viver numa família com baixa condição econômica e social, apresentar deficiência física ou intelectual, entraves estruturais da constituição psíquica, deve encontrar na comunidade escolar um espaço de acolhimento e respeito, para que possa contar com as possibilidades de

O PNE (Lei n. 13.005) é um acordo nacional a favor de uma grande mobilização por melhorias na educação brasileira. Aprovado como lei em 26 de junho de 2014, o PNE estabelece 20 metas, todas elas baseadas na construção de um sistema de educação justo e que ofereça a todos os estudantes brasileiros uma educação de qualidade. Nesse sentido, o compromisso firmado com a sociedade reza que todas as metas deverão ser atingidas até o ano de 2024.



formação e aprendizagem de que necessita, tanto quanto seus colegas. Todos devem ter garantidas as possibilidades de viver, agir e se expressar de acordo com suas singularidades e escolhas, direito garantido pela lei, pela ética e pelo conjunto de declarações e pactos internacionais dos Direitos Humanos reconhecidos pelo nosso país. Não é sempre, porém, que isso acontece.

Condição social e econômica, deficiência física, etnia, gênero, orientação sexual, religião, idade e cultura ocupam um espaço bastante significativo quando se trata de explicitar os contextos que geram discriminação na escola. Essas podem ser as situações mais comumente reconhecidas e discutidas, mas existem outras menos evidentes que também são focos de discriminação, como os estigmatizados “maus alunos”, os chamados “estrangeiros” (provenientes de outros países ou de outras localidades do Brasil), aqueles cujas famílias não são configuradas no modelo conservador “pai-mãe-filhos” e também os estudantes que vivem em instituições como abrigos, espaços de acolhimento etc.

Os adultos da escola (professores, profissionais de apoio, gestores, familiares ou responsáveis), em muitas situações e pelos mesmos motivos, também são alvo de discriminação, tanto por parte dos alunos quanto de seus colegas. Embora não vivenciem os mesmos agrupamentos existentes entre os alunos, não é raro que passem por situações muito semelhantes, merecendo da comunidade escolar a mesma atenção dispensada às crianças.

É importante ressaltar que toda e qualquer situação vivida ou assistida na escola é passível de ser tomada como referência (uma situação potencialmente educativa), podendo contribuir para a naturalização da discriminação no ambiente escolar. Em outras palavras, se há situações de discriminação na escola, elas estão ensinando os seus alunos a discriminar.

Racismo

Segundo o último censo demográfico, feito em 2010, 43,1% da população brasileira se declara parda e 7,6%, preta. Essa terminologia de classificação racial (“pretos” e “pardos”) adotada pelo IBGE aponta para uma característica marcante da nossa população: a sua composição majoritariamente afrodescendente. No entanto, a população brasileira, apesar de contar com uma maioria de afro-brasileiros, ainda os discrimina, inclusive nos espaços escolares.



Há um grande debate no Brasil em torno da nomenclatura utilizada para definir agrupamentos raciais. O IBGE adota os termos “preto” e “pardo” por obedecer a uma tendência histórica de classificação que vem desde o primeiro censo demográfico, de 1872, que perguntava aos brasileiros em qual grupo eles se enquadravam: preto, pardo, caboclo ou branco. Embora haja uma demanda da parte do movimento negro no país pela adoção do termo “negro”, que unificaria o grupo de “pretos” e “pardos”, o IBGE segue alegando a necessidade de manutenção da divisão proposta para que a comparação com dados anteriores seja mais fidedigna.

Em um país cujas relações sociais se sustentam num racismo estrutural, que define posições sociais, representações e narrativas que produzem o apagamento histórico da resistência negra e do passado escravagista, que naturaliza desigualdades raciais e busca abrandar os efeitos do preconceito e da discriminação de negros e negras por meio do discurso da miscigenação e do mito da democracia racial, certamente a escola, como parte constituinte dessa sociedade, não está alienada das tensões raciais e dos mecanismos de exclusão que insistem em se reproduzir.

Não são poucos os programas de combate ao preconceito e de valorização da cultura afro-brasileira. Entretanto, as manifestações de preconceito e discriminação racial persistem dentro da escola, reflexo da forma como a população negra é vista e tratada.

Se a escola cumpre o papel de espaço de formação e construção de valores, é na ação educativa do dia a dia escolar que surgem as melhores oportunidades de trabalhar questões relacionadas ao preconceito e à discriminação. Contudo, para lidar com elas, é preciso que se reconheça a sua existência. É preciso ter em mente que as nossas relações cotidianas são permeadas de práticas e concepções racistas, ainda que não tenhamos consciência delas, e que o primeiro passo para o seu combate é o exercício do estranhamento, da desnaturalização do olhar.

Não é natural que se tenha menos expectativa de aprendizagem em relação aos alunos negros. Não é natural julgar que um adolescente negro é, por natureza, mais inclinado para os esportes ou para as atividades manuais do que para as ciências ou para o trabalho intelectual, por exemplo. Não é natural que painéis, cartazes e demais materiais didáticos da escola não tenham em si representados a diversidade racial. Não é natural julgar que o cabelo afro de uma criança seja uma ameaça para a infestação de piolhos ou que as tranças afro ou os dreadlocks de um jovem sejam menos asseados do que outros tipos de cabelos e penteados. Não é natural formar duplas produtivas para as atividades pedagógicas ou para números de dança em apresentações escolares sempre entre dois alunos negros.

Pelo contrário: desde a Educação Infantil, são de extrema importância situações em que a diversidade de agrupamentos seja contemplada e em que se garantam o reconhecimento, a valorização e o elogio às características físicas e intelectuais de todas as crianças. Infelizmente, ainda é comum que os cabelos crespos das crianças negras não sejam valorizados, e não são raras as situações em que os adultos decidem ou até mesmo recomendam que as crianças negras venham à escola com os cabelos presos ou penteados de forma a desconfigurar o seu jeito natural.

Para além das circunstâncias mais corriqueiras do dia a dia, muitas vezes a discriminação pode estar presente até mesmo no currículo, na forma como determinada questão é tratada nos livros didáticos. Por exemplo: em ilustrações estereotipadas que apresentam a pessoa negra sempre em situações de inferioridade, em papéis subalternos ou desvalorizados, quando não em situações ligadas à contravenção e à criminalidade. Dificilmente encontramos uma ilustração que mostra o negro em posição igual ou superior à do branco. Cargos de poder e prestígio, exemplos de sucesso profissional, modelos de famílias são, na maioria das vezes, representados por pessoas de pele clara. De outro lado, encontramos também casos nos quais a população negra cumpre um papel de vítima, convocando os alunos para uma atitude “tolerante” e para o sentimento de pena.

Outro exemplo é a abordagem da história da população negra apenas pelo aspecto da escravidão, como se não houvesse personalidades, escritores, políticos e intelectuais negros de profunda relevância para o país ou, ainda, como se, nos mais de trezentos anos de escravidão de povos de origem africana no Brasil, tivesse havido apenas relações de subserviência, sem resistência, consciência e luta política.



É possível encontrar reflexos dessa situação nos corredores da escola, quando alunos negros, muitas vezes, ocupam o lugar de principais suspeitos de furtos, depredação do espaço escolar ou uso de drogas. Ora, tal como apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a escola tem o compromisso de reconhecer e valorizar a identidade, a cultura e a história dos negros brasileiros, assim como contribuir para a ações educativas de combate ao racismo e à discriminação racial. Apenas dessa forma é que poderemos contribuir para a construção de uma sociedade menos desigual, menos injusta, menos preconceituosa e menos discriminatória.



A questão indígena

Apesar de a legislação brasileira garantir aos povos indígenas uma educação diferenciada, bilíngue, comunitária, com materiais específicos e um currículo intercultural, os povos indígenas ainda enfrentam dificuldades para ter essas leis implementadas pelo governo. Essas questões se tornam ainda mais complexas para os povos que vivem em áreas urbanas e estudam em escolas regulares nas cidades.



As crianças pertencentes a comunidades indígenas sofrem discriminação. O fato de cultivar hábitos muito diferentes da maioria, como a alimentação, a língua falada, canções e crenças em suas divindades e mitos, faz com elas que se tornem alvo de exclusão, tendo de suportar o preconceito presente nas brincadeiras, no material didático utilizado, nos apelidos e no distanciamento das outras crianças.

Infelizmente, ainda predomina uma visão muito preconceituosa em relação aos indígenas, construída por séculos na história brasileira, segundo a qual os povos tradicionais, com hábitos diferentes da cultura dos brancos, ainda são vistos como “atrasados”. Na realidade, eles são detentores de culturas complexas que estão em constante transformação, incorporando conhecimentos de outras sociedades. Foi o conhecimento indígena dos caminhos e da floresta que possibilitou aos colonizadores adentrarem o território brasileiro. A nossa tradição alimentar também é constituída de alimentos que foram selecionados e cultivados pelos povos indígenas, como a mandioca, que tem mais de 120 variedades registradas somente na região do Alto Rio Negro, no Amazonas, o milho, a erva-mate, o amendoim, entre tantas outras.

Entretanto, ainda hoje, o conhecimento produzido pelas populações indígenas no seu modo tradicional não é considerado válido, conforme afirmou Marcondy Maurício de Souza, da etnia Kambeba (ou Omáqua), do Amazonas, quando estudante de biotecnologia

na Universidade Federal de São Carlos, no Estado de São Paulo, em 2010. Ele percebeu que a sua bagagem de conhecimentos seculares Omáqua, adquiridos pelo convívio com seus parentes, pajé, cacique e sábios, não tinha qualquer valor nas instituições acadêmicas, a não ser como objeto de estudo: “Existem conhecimentos Omáqua e dos demais povos indígenas nas áreas de educação, saúde, arquitetura, biologia, química, bioquímica etc. que eu e outros indígenas não podemos aplicar. Vejo que o conhecimento científico vem sendo implantado para substituir o conhecimento tradicional. A gente trabalha no sentido contrário: de o conhecimento tradicional ser reconhecido tanto quanto o conhecimento científico” (em entrevista para a Revista *Com Ciência*, Dossiê Povos Tradicionais, 2017).

A imagem predominante de inferioridade desses povos contribui muito para que sejam discriminados. Diferentemente do que ocorre na realidade, os povos indígenas continuam a ser representados pela figura do homem nu, infantilizado, ornado de cocares coloridos e pronunciando palavras incomprensíveis, ou portando armas, configurando um sujeito exótico potencialmente agressivo, o que acaba por afastá-los da condição de sujeitos de direito ou de cidadãos. Além disso, muitas vezes, são considerados “desajustados” por se entregarem à bebida por conta da aproximação da “civilização”. O preconceito contra os indígenas muitas vezes se manifesta pela negação de suas identidades, por estas não condizerem com os estereótipos que vêm sendo perpetuados inclusive nos processos educativos. É importante lembrar que as culturas indígenas são muitas e bastante diversas. **Não existe o índio como categoria genérica**, mas várias nações indígenas com histórias, culturas e conhecimentos próprios. E, assim como as demais, as culturas indígenas não são isoladas como fortalezas, são como encruzilhadas, produção de encontros humanos. Nesse sentido, é primordial pensar em *interculturalidade*, isto é, numa interação igualitária entre diferentes culturas, condição-chave para a troca de saberes e aprendizados mútuos.

Assim como, até pouco tempo, as contribuições da cultura indígena para a formação da sociedade brasileira remetiam àquelas do passado, na contemporaneidade, se dizia que os indígenas estariam em vias de se integrar à sociedade nacional ou

desaparecer. No entanto, vemos um movimento contrário. A população indígena aumentou nos últimos cinquenta anos. E também aumentam as suas reivindicações para terem os seus modos de vida reconhecidos e respeitados. A Lei n. 11.645/2008 surge no intuito de tornar obrigatório o estudo da história e das culturas indígenas nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Ensino Médio, visando resgatar as suas contribuições nas áreas social, econômica e política.

Os contextos dos quais os indígenas participam são diversos, mas não é o contato com a sociedade nacional que os faz mais ou menos indígenas. Em sua terra, ou nas cidades, os indígenas permanecem com as suas tradições.

Temos o exemplo da cidade de São Paulo, que é a quarta cidade brasileira com maior população indígena, tendo recebido um intenso fluxo migratório de povos vindos do Nordeste em busca de melhores condições de vida, principalmente em decorrência da expropriação territorial que sofrem em suas terras de origem. Um desses povos é o Fulni-ô. Mesmo em São Paulo, eles mantêm contato com a sua aldeia de origem e todo ano retornam a Pernambuco para participar do ritual do Ouricuri.

Os indígenas contemporâneos falam português, usam roupas e tecnologias de comunicação, como telefones celulares. Eles se apropriam dessas tecnologias para garantir os seus modos de vida: usam o audiovisual para contar as suas histórias e usam o GPS para monitorar os limites das suas terras.

Conforme a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o critério que define quem é indígena é a autodeclaração.

Assim, o desafio é participar ativamente da reconstrução dessa imagem, considerando-os sujeitos de direito, dotados de capacidades como todos, dignos do direito de viver em qualquer lugar do país, autônomos em seus costumes, assim como o restante da população. E a educação escolar tem um importante papel a desempenhar nesse sentido.



A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

A educação levada aos povos indígenas desde o início da colonização foi concebida visando à integração dessa população à sociedade nacional. Os missionários pretendiam evangelizar e utilizar a mão de obra indígena, proibindo esses povos de utilizar a sua língua materna e de praticar as suas tradições. Essa noção integracionista perdurou nas políticas públicas do governo e na legislação até os anos 1980.

Assim, nos currículos escolares, a temática indígena figurou sempre sob o ponto de vista dos colonizadores. Por isso, comumente, os indígenas são retratados como primitivos, numa visão evolucionista, tidos como povos na infância, sem leis e sem reis. Essa concepção se alicerça num *racismo epistêmico*, como sinalizado por Marcondy), pelo qual os seus complexos arranjos políticos e socioculturais não são valorizados.

Entretanto, felizmente, com base nas reivindicações do movimento indígena e na Constituição de 1988, os povos indígenas foram reconhecidos como sujeitos de direito, e a concepção de educação escolar indígena abandonou a política integracionista e passou a garantir o direito à diversidade, incluindo a aprendizagem e a alfabetização na língua materna e material didático diferenciado nas escolas indígenas.

No que se refere ao currículo, a escola precisa assumir compromisso com a diversidade étnica e cultural da população brasileira. Não é aceitável que as populações indígenas figurem nas práticas escolares apenas em ocasião da celebração do Dia do Índio e ainda por meio de uma representação caricata que reafirma estereótipos. Para tanto, o currículo escolar precisa ser repensado visando à implementação de estudos sobre a diversidade dos modos de viver dos povos indígenas.

Nesse sentido, é importante que a escola fomente o conhecimento dos diferentes povos com base nas diversidades regionais. O conhecimento do histórico de contato

De forma particular, um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes.”

Base Nacional Comum Curricular



com os colonizadores e a compreensão dos contextos atuais em que essas populações estão inseridas são ferramentas para desconstruirmos estereótipos e preconceitos.

Para quebrar preconceitos, é preciso promover uma reeducação para as relações étnico-raciais. Uma pedagogia decolonial (que descolonize) se mostra necessária para mudarmos a perspectiva do ensino sobre os povos indígenas, situando-os como agentes históricos, portadores de conhecimentos valiosos e de modos próprios de viver e de conhecer o mundo. Esse é um desafio é de todas as escolas brasileiras, e não apenas daquelas das aldeias ou das que têm alunos indígenas.

A definição de objetivos específicos que tenham como foco o conhecimento de temas e conteúdos da história e da cultura dos diferentes povos indígenas brasileiros pode incluir, por exemplo:

- conhecer e valorizar brinquedos indígenas, considerando a diversidade dessas populações;
- conhecer jogos e brincadeiras praticados por diferentes povos indígenas;
- identificar os espaços e tempos lúdicos das populações indígenas por meio dos bens materiais e imateriais do patrimônio histórico;
- conhecer as expressões culturais e religiosas nas relações das sociedades com as águas e os rios, identificando referências europeias, indígenas e africanas;
- identificar e conhecer a história dos diferentes povos indígenas do nosso território.



Em escolas que têm estudantes indígenas, é possível que eles não se sintam à vontade para assumir a sua origem em razão da visão estereotipada pela qual muitas vezes os indígenas são representados.



Não se pode deixar de considerar que, muitas vezes, familiares de estudantes indígenas são nativos da região em que se localiza a escola e tiveram as suas terras ocupadas por um processo de crescimento desordenado das cidades, decorrente da expulsão de moradores dos centros para as áreas periféricas, onde hoje existem aglomerados e favelas. É importante que os colegas desses alunos não os considerem “ vindos de outro lugar”, muito menos de uma floresta longínqua.

Cabe, então, à comunidade escolar fazer da escola um espaço de reconhecimento e valorização da diversidade das culturas indígenas, reafirmando o entendimento dos povos indígenas como sujeitos de direito e colaborando para que esses estudantes possam se sentir acolhidos e respeitados. Os educadores precisam estar atentos às especificidades desses estudantes e propor atividades integrativas que deem conta de trabalhar com a diversidade cultural desses povos.

Um recurso pedagógico interessante é propor pesquisas sobre a população indígena local: o histórico de contato, os processos migratórios e as histórias tradicionais contadas pelos familiares de alunos e/ou de pessoas da comunidade local, que podem ir até a escola para contá-las, promovendo o conhecimento e o respeito às diferenças no ambiente escolar.

A relação com os territórios tradicionais pode ser uma temática para discussão sobre terras indígenas e sobre as pressões exercidas por madeireiros, garimpeiros, entre outros grupos. Contudo, se é um desafio para a escola ter de se adequar a estudantes que perdem dias letivos para participar de rituais em sua terra de origem, também é uma oportunidade para que esses estudantes compartilhem as suas experiências com os colegas.

É por meio da percepção dos indígenas como agentes históricos que poderemos valorizar as suas identidades e reconhecer as suas culturas como integrantes e formativas da cultura brasileira. Assim, desconstruir preconceitos perpetuados ao longo do processo histórico brasileiro é fundamental para o entendimento, a valorização e o respeito dos povos indígenas e de seus modos tão diversos de viver, contribuindo para nos fazer refletir sobre a organização da nossa própria sociedade.

Machismo

As mulheres são um grupo que, embora numericamente majoritário, costuma ser tomado como “minoria”. Essa compreensão se dá em virtude das opressões e das desigualdades que marcam a nossa história. A desvalorização intelectual da mulher ainda é constante em nosso país, mesmo com a expansão da presença feminina nos postos políticos, acadêmicos e gerenciais.

Na escola, essa situação é evidente desde muito cedo, começando pela restrição dos papéis que ainda se considera natural que as meninas assumam nas brincadeiras de faz de conta, quando os “pais” saem para trabalhar e as “mães” ficam em casa. Também pela intervenção dos adultos, quando, diferentemente do que ocorre com os meninos, incentivam as meninas a participar apenas de brincadeiras “mais tranquilas”, deixando os jogos mais ativos e competitivos para os meninos.

Em livros didáticos ou outros materiais, a discriminação fica evidente quando as ilustrações mostram as mulheres quase sempre desempenhando papéis secundários, deixando para os homens os cargos considerados mais importantes. São os meninos também os mais valorizados quando se trata de estudo e profissionalização. Eles são vistos como mais racionais, frios, propensos à liderança e à explosão da agressividade como força de virilidade, enquanto as meninas, tomadas como naturalmente frágeis,



emotivas, sentimentais, têm para si destinados todos os encargos dos cuidados, reafirmando com isso a ideia de que cabe às mulheres apenas a possibilidade de se dedicar à família em vez de construir uma carreira profissional. Ao mesmo tempo, os meninos quase nunca são representados nas práticas domésticas de cuidado familiar.

Outro aspecto dessa questão é a valorização dos atributos físicos das meninas em detrimento de outras características, como uma espécie de “passaporte” para que sejam positivamente reconhecidas. E há ainda a desvalorização por esses atributos físicos quando elas não se vestem ou não se comportam do modo considerado “adequado para uma menina”. Situações como dirigir às meninas palavras desrespeitosas, olhar de forma constrangedora ou ofendê-las de diversas maneiras são muito frequentes nos corredores das escolas, mas pouco observadas e tratadas pelos adultos.

Num país ainda marcado pela superioridade masculina, essas situações continuam sendo vistas como normais. Mais que isso: não é raro atribuir às meninas a responsabilidade pelas agressões que sofreram, sob a justificativa de agir de forma provocativa em relação aos meninos.

Por todas essas questões, a forma como as alunas são consideradas merece muita atenção por parte dos educadores.

Gênero e sexualidade

A sigla LGBTQ+ identifica o agrupamento composto por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e **transexuais** e, atualmente, é a denominação mais utilizada no Brasil. Historicamente marginalizados e vítimas de violência no contexto social, os LGBTQ+ têm sido uma minoria que, como produto de sua luta por representatividade, direitos e reconhecimento, vem ganhando mais visibilidade na cena pública, embora suas demandas ainda sejam pouco compreendidas e até subjugadas por alguns setores mais conservadores da sociedade.

Transexual é uma das possibilidades na terminologia “guarda-chuva” transgênero. Há setores do movimento LGBTQ+ que utilizam o termo **transgênero** em vez de **transexual**. No entanto, a letra T da sigla tem sido historicamente identificada pelo termo **transexual**.

Muitos valores pessoais e privados são trazidos para o debate público (como a hostilidade que alguém possa dirigir à união entre pessoas do mesmo sexo biológico, com base em valores conservadores, crenças religiosas etc.) como forma de justificar a interdição desse grupo a direitos iguais aos dos demais cidadãos, ao mesmo tempo que, paralelamente, se nega a existência das violências específicas que essas pessoas sofrem cotidianamente simplesmente por demandar ser quem são.

As tensões e confusões que tocam essa temática cada vez mais repercutem na escola, ao mesmo tempo que um movimento vindo de pressões externas tenta tornar a sua abordagem algo polêmico ou assunto tabu. Assim, não é difícil encontrar pelos corredores da escola, e até mesmo dentro das salas de aula, meninos e meninas vivendo em situação de isolamento por parte dos colegas ou sendo alvo de ofensas, agressões físicas e constrangimento por demonstrar uma orientação sexual e afetiva diferente da maioria.

Mesmo na Educação Infantil, quando é comum e saudável que meninas e meninos tenham interesse por brinquedos e papéis que não necessariamente coincidem com o que se convencionou identificar como sendo “de menino” ou “de menina”, o fato de um menino vestir roupas femininas ou uma menina se interessar por jogar futebol ainda pode causar mal-estar ou mesmo ser reprimido. No entanto, em suas brincadeiras, as crianças sentem interesse e curiosidade por experimentar diferentes papéis, e muitas vezes quem enxerga esses jogos com preconceito são os adultos.

Não são apenas os estudantes a sofrer discriminação por conta de sua orientação sexual e afetiva. Muitas vezes, funcionários e professores são constrangidos por questionamentos indevidos, piadas e apelidos por parte de seus colegas de trabalho e alunos, além de serem submetidos a juízos despropositados por parte das famílias dos alunos, em decorrência de se assumirem como LGBTQ+.

Viver e lidar com a própria sexualidade ou com a sua identidade de gênero de forma diferente da maior parte do grupo não pode ser considerado “falha na educação



recebida da família”, “fraqueza de caráter”, “doença” ou “bizarice”, ainda costuma acontecer. Não cabe a nós investigar as “causas”, uma vez que não se trata de um problema, mas, sim, da característica de algumas pessoas. Também não nos cabe emitir juízos quanto à sexualidade das crianças e jovens partindo de padrões de masculinidade e feminilidade considerados hegemônicos. O modo de se vestir, de andar, de falar, as brincadeiras escolhidas, os gestos não são insígnias de sexualidade ou identidade de gênero efetivamente.

Aos educadores e demais agentes escolares, cabe considerar os sujeitos em sua singularidade, como pessoas de direito, e em sua dignidade humana, sem estabelecer distinções oriundas da interpretação que se tem acerca de características e comportamentos entendidos como fora do padrão socialmente legitimado. Em outras palavras, não nos cabe, por exemplo, levantar questionamento algum sobre a orientação sexual de um garoto que gosta de brincar apenas com as meninas ou que prefere a prática de dança em vez de esportes como o futebol.

No contexto da Educação em Direitos Humanos, cabe aos educadores manter o respeito por todos, independentemente de suas singularidades, estejam elas ligadas à sexualidade ou a qualquer outro aspecto. Uma criança ou um jovem que encontra na escola um ambiente hostil em relação à sua sexualidade ou à sua identidade de gênero terá seu desenvolvimento pessoal, social e psicológico comprometido e marcado pelo sofrimento. A escola não deve permitir nem se omitir diante da discriminação, que é mais frequente do que muitos pensam.

Ao contrário, abordar e tematizar esses casos de discriminação, explorando de maneira formativa o conflito, deve ser uma prática permanente desde que a abordagem e a tematização em sala de aula não se justifiquem e não sejam limitadas apenas aos casos em que houver estudantes no grupo com essas questões pessoais. Não se trata de um problema a ser resolvido, mas de uma questão social que deve ser tratada com os alunos desde sempre, independentemente da composição dos grupos.



Preconceito religioso

A religião tem sido motivo de discriminação em diferentes contextos da sociedade, inclusive no ambiente escolar. No Brasil, são bastante evidentes a desconsideração e o desprezo por valores, manifestações, rituais e celebrações de algumas religiões, em especial aquelas relacionadas a grupos socialmente discriminados. Esse tipo de discriminação costuma ser vivenciado tanto pelos adeptos de religiões mais presentes entre nós (como o judaísmo, as religiões de matrizes africanas e o espiritismo) quanto por seguidores daquelas fés menos comuns (como o budismo e o islamismo). Outro grupo religioso bastante discriminado são os evangélicos, ainda que façam parte de comunidades onde essa religião é praticada por grande parte da população.

No caso das religiões afro-brasileiras, a discriminação é relacionada ao fato de essas religiões serem seguidas, em sua grande maioria, pela população negra, historicamente marcada pelo estigma da escravidão e pela “demonização” de sua ancestralidade, de seus ritos e de sua cultura.

Por meio da Constituição de 1988, o Brasil garante a laicidade do Estado e da Educação, o que significa que todo cidadão e todo estudante têm o direito de exercer, pregar e cultuar a sua crença sem que sejam discriminados ou julgados por isso. A nossa Constituição garante ainda o direito de não ter religião. O Estado não professa nenhum dogma, doutrina ou liturgia religiosa. No entanto, a discriminação presente entre nós produz cenas de violência, perseguição e até mesmo de morte.

Essa situação se reproduz nas unidades educacionais com a presença de práticas discriminatórias, que podem ocorrer desde os primeiros anos da Educação Infantil. Crianças, adolescentes e jovens que, na família, cultuam divindades de origem africana, além da desvalorização de sua cultura familiar, são alvo de ofensas, sendo denominados de “macumbeiros” ou “preto velho”, o que os coloca numa situação muito desconfortável e injusta.

Nas classes de Educação Infantil, encontramos diversas práticas que, mesmo sem a intenção de discriminar os alunos, promovem a construção de uma cultura discriminatória. Começando pelas histórias e narrativas apresentadas para as crianças: no mais das vezes, apresentam e valorizam apenas a cultura e os valores advindos da fé cristã, deixando de lado os mitos e as histórias que têm origem na cultura e nas religiões afro-brasileiras e outras, cultuados pelas famílias de muitos dos alunos. Escolhas semelhantes acontecem em relação às áreas do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

É preciso atentar para o fato de que a discriminação pode acontecer tanto pelo que se faz quanto pelo que não se faz, pois o fato de não trazer para a escola e para a sala de aula as narrativas que contemplam a diversidade característica do nosso país e das nossas escolas, de alguma forma, desvaloriza essas culturas. Podemos citar também os feriados e as comemorações realizadas nas escolas, como a Páscoa, o Dia da Padroeira do Brasil, o Natal. Dessa maneira, estudantes que não cultuam a religião predominante correm o risco de passar por todo o período de suas vidas escolares vivendo situações de desprezo e discriminação, sem que isso seja tratado e discutido na escola.

Afirmar o direito à liberdade religiosa significa que as pessoas (estudantes e adultos) têm direito à manifestação pessoal de sua crença. E, por mais bem intencionada que seja, a instituição não tem o direito de eleger práticas de nenhuma religião específica para serem realizadas nas unidades educacionais. É importante que a escola construa um espaço de diálogo, respeito ecumênico e convivência, para que as crenças possam existir dentro e fora de seus muros, sem ferir os Direitos Humanos e a sua obrigatória laicidade. **Trata-se de garantir a liberdade de religião – e de não ter religião –**, como colocado no artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular”.

Insucesso no percurso escolar



Toda sala de aula é composta por estudantes com diferentes perfis também no que se refere a desempenho escolar. Alguns enfrentam tranquilamente os desafios da aprendizagem, outros precisam se dedicar mais às tarefas propostas nas aulas e outros, ainda, não se envolvem de forma esperada na vida escolar.

Os motivos que explicam essa situação podem ser muitos: ritmos diferentes (sabemos que os tempos de aprendizagem são distintos, de um estudante para outro); histórico de escolaridade irregular; situação desconfortável no grupo de colegas; falta de percepção de algumas características do seu desenvolvimento; desconsideração dos diferentes contextos de vida; entre outros.

Ao longo da vida escolar, esses meninos e meninas correm o risco de ter suas imagens construídas de forma bastante negativa e descrente (tanto para si quanto para os outros), passando, aos poucos, a carregar os estigmas de “alunos que não têm jeito”, de que “não nasceram para estudar”, de que “atrapalham as aulas” etc. No entanto, não se pode perder de vista que, antes de tudo, eles são **nossos alunos**, e o fato de, em determinados momentos, não conseguirem, por exemplo, ler um texto ou realizar uma operação matemática como esperado deve ser encarado como parte do seu processo, um fato comum da vida escolar e uma situação de responsabilidade da escola, e não como marca definitiva da sua identidade.

Entretanto, com o passar do tempo, é muito comum que esses alunos deixem de contar com o apoio dos adultos, cristalizando, sem querer, uma descrença quanto às suas potencialidades, o que compromete o seu desenvolvimento. Desacreditados, esses alunos quase sempre passam a ser discriminados e ficam à margem da comunidade



escolar. Por outro lado, pode acontecer de alguns educadores se sentirem frustrados por não conseguir alterar a situação.

O futuro dos alunos não depende exclusivamente da escola, ainda que seja possível afirmar com segurança que, sim, a escola é responsável por parte significativa da formação e pela aprendizagem de todos. Sendo assim, faz-se necessário que, diante dessas situações, a equipe escolar desenvolva estratégias de apoio e acompanhamento, inclusive revendo e renovando as suas escolhas metodológicas, educacionais e pedagógicas.

Como sabemos, nem todas as crianças aprendem por meio das mesmas intervenções, e é dever da escola estar atenta às diferentes formas de aprender e enfrentar os desafios da aprendizagem. De outra maneira, a escola estaria desconsiderando o valor e a soberania da diversidade.

Na verdade esses são os alunos que mais necessitam da atenção e do investimento, tanto do professor quanto dos outros agentes da comunidade. Não existem alunos fadados ao fracasso *a priori*, mas sim aqueles que, em algum momento de suas vidas escolares enfrentaram dificuldades de ordem pessoal, familiar ou, muitas vezes, advindas da própria escola que se tornaram, aparentemente, obstáculos intransponíveis. Talvez a ausência de crença na reversibilidade desse tipo de situação e de intervenções que ajudem esses estudantes a saírem deste lugar seja a situação mais flagrante e nociva de discriminação dentro da escola.

Os colegas, até mesmo os educadores, de forma sutil (seja por meio de olhares, comentários ou atitudes), acabam por firmar esses estudantes num lugar muito difícil de sair, assim como acontece com outros tipos de discriminação. Acreditar e reconhecer o potencial de todos, respeitando o percurso de cada um, são condições para que esses estudantes sejam encorajados a aprender.

Ao contrário do que se pode pensar, esse tipo de situação, no mais das vezes, tem origem nos anos da Educação Infantil, e é este o melhor momento para se atuar, evitando

que essa situação se cristalize. Muitas vezes, o fato de um pequeno estudante pertencer a uma família desfavorecida socialmente ou que enfrenta uma situação difícil, como a prisão de um dos pais, a migração de outras regiões do país, ou qualquer contexto desvalorizado pela sociedade, costuma ser considerado uma justificativa para o fracasso. Contudo, a escola pode desempenhar um papel determinante para o fracasso ou o sucesso escolar.

É preciso considerar que as crianças enfrentam percursos de aprendizagem diferentes e que nem todas conseguirão atingir no mesmo momento e no mesmo determinado grau as competências que se espera da maioria, mas isso não determina nem “condena” ninguém a uma escolaridade difícil e permeada de obstáculos, ainda que o contexto da sua vida pessoal e familiar não contribua para isso.

Discriminação de classe social

Numa gama de possibilidades de discriminação na escola, também merece destaque aquela que se dirige aos mais pobres, aqueles com poder aquisitivo muito pequeno, que são vistos como inferiores, mesmo que sejam a maioria. Não são raros também os alunos cujas famílias vivem em situação de miséria, que muitas vezes é vista pela comunidade escolar como uma questão de cunho pessoal e familiar, e não social. Essa é outra situação que requer atenção especial da parte da escola e dos professores, uma vez que a pobreza e a miséria não justificam o fracasso escolar. Antes, pelo contrário: ainda que sejam por demais adversas as condições de vida dos alunos, a missão da escola é oferecer a eles um ambiente que garanta a sua dignidade e o direito a aprender.

A escola, muitas vezes, deixa que seja naturalizada uma outra situação bastante nociva para o clima escolar: trata-se da discriminação e do desprezo de alunos que não têm acesso a bens de consumo como telefone celular, roupas de determinadas marcas e materiais escolares, entre outros pertences, por aqueles que têm acesso a esses bens, dando *status* aos que os possuem e inferiorizando aqueles que não os têm.



A pobreza também é motivo de discriminação quando integrantes da escola segregam aqueles que moram em regiões de favelas, morros, mangues, ribeirinhas, vilas distantes, territórios quilombolas, aldeias etc. Alguns, mesmo estando muito próximos desses agrupamentos, encontram aí alguma oportunidade de se diferenciar, considerando-se superiores e atribuindo apelidos como “favelados”, por exemplo, como expressão de insulto. Essa discriminação se estende às famílias, que por vezes são mal recebidas na escola, não tendo as suas demandas reconhecidas, nem sendo ouvidas como pessoas que podem contribuir com a comunidade escolar.

Para além do fator renda e poder aquisitivo, o agrupamento socioeconômico com o qual um indivíduo pode ser identificado denota hábitos culturais, práticas familiares, vocabulário e uma porção de materialidades que se fazem presentes em seu corpo e na forma como ele atua na sociedade, o que, por vezes, reforça preconceitos e, consequentemente, atitudes discriminatórias. A discriminação dos mais pobres muitas vezes supera outras formas de discriminação. Transformar essa visão é uma tarefa dos educadores, pois o consumismo é uma cultural social que materializa e justifica exclusões sociais.

As “marcas” das famílias

Há ainda os casos de alunos pouco acreditados na comunidade escolar, cujas famílias (sobretudo os pais) já viveram situações relacionadas a violência, crimes, prisões e outros dramas que as colocam em evidência. O fato de ser filho de alguém que cometeu algum tipo de delito, por mais grave que possa parecer, não faz com que uma criança ou um jovem seja desprovido de capacidades, de caráter e, ainda mais importante, da condição de sujeito de direito. Nem os pais nem os filhos devem ser tratados dessa maneira. Devemos lembrar que é função dos educadores insistir na presença de cada um desses alunos na escola e garantir, por meio dos dispositivos educativos, um processo de escolaridade no qual eles possam contar com as mesmas oportunidades que seus colegas.

Outra característica familiar que costuma ser alvo de discriminação é o fato de estas serem formadas por casais em relação homoafetiva. Assim como acontece

com as alunas lésbicas, os alunos gays, bissexuais, transexuais e transgêneros, os que são filhos de casais homoafetivos são discriminados e correm o risco de terem sua vida escolar muito prejudicada em todos os sentidos, inclusive no que diz respeito à participação dos pais nos espaços de convivência da escola, às discussões e deliberações de assuntos da comunidade escolar (como os conselhos escolares), bem como à participação efetiva nas festividades e na vida escolar de seus filhos.

Não podemos deixar de considerar ainda o cuidado a ser dispensado aos alunos que, por algum motivo, não vivem ao lado de seus familiares, mas em lares provisórios, instituições, abrigos, entre outros; ou seja, crianças que enfrentam uma rotina diferenciada, sendo pouco atendidas no que diz respeito às singularidades do seu desenvolvimento afetivo e subjetivo.

Xenofobia

O fato de o Brasil contar com uma rica diversidade cultural e também com um intenso movimento migratório torna muito comum o ingresso, em nossas escolas, de estudantes provenientes de diferentes regiões ao longo de todo o ano letivo. Não é raro que a chegada dessas crianças seja acompanhada de dúvidas e, muitas vezes, descrença por parte da comunidade escolar, principalmente quando vêm de regiões pouco favorecidas social e economicamente.

Ainda que, em alguns casos, seja necessário um tempo maior de adaptação à nova rotina e à nova dinâmica escolar, esses estudantes precisam contar com as condições favoráveis para aprender e viver em grupo com os demais. Além disso, eles trazem conhecimentos inéditos e preciosos para



a comunidade escolar, fruto de processos históricos, culturais e sociais que, ao serem valorizados, enriquecem a formação de todos.

Desse modo, cabe à escola acolher esses estudantes e valorizar as suas potencialidades, derrubando barreiras linguísticas e culturais, oferecendo-lhes um ambiente que contribua para o desenvolvimento do aprendizado para a integração deles na comunidade escolar e na sociedade. Vale a pena também chamar a atenção para aqueles cujas famílias, vindas de outros países em busca de trabalho e melhores condições de vida, ou mesmo como refugiados, se deparam com uma situação hostil ou pouco receptiva, tanto no bairro onde se instalaram quanto na comunidade escolar. “Gringo” e “cucaracha” são alguns dos apelidos de caráter discriminatório pelos quais são chamados os alunos nessa situação.

Grande parte do contingente de famílias que encontram no Brasil uma alternativa para reconstruir a vida se depara com uma situação bastante vulnerável, e discriminá-las é uma forma de não respeitar o direito que têm a uma vida digna. Imigrantes provenientes de alguns países da América Latina, como a Bolívia e a Venezuela, têm sido submetidos ao trabalho escravo e encontram nele a única forma de sobreviver e sustentar suas famílias, o que os coloca, assim como a seus filhos, em uma situação ainda mais indigna e vulnerável.

É importante que os estudantes de todas as idades e segmentos aprendam a receber e reconhecer os direitos dessas pessoas desde muito cedo. A etapa da Educação Infantil propicia muitas condições para que isso aconteça. A forma como professoras e professores de Educação Infantil se posicionam, acolhem e se interessam por essas crianças e suas famílias, por seu repertório cultural e pelas trocas e aprendizagens que podem acontecer no convívio com elas faz toda a diferença no que diz respeito a promover na escola um ambiente onde a justiça, a igualdade e o respeito mútuo sejam aspectos soberanos da convivência escolar. Assim, o professor tem um papel essencial, na medida em que é ele que vai criar situações para que essas crianças e suas famílias se aproximem, convivam e troquem experiências.

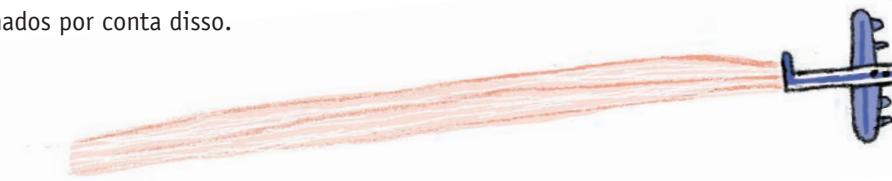
Outra dificuldade enfrentada é a língua falada. São necessários tempo e apoio constante dos professores, além de materiais didáticos bilíngues para que consigam se comunicar e sejam compreendidos, sem que isso seja motivo de brincadeiras ofensivas ou discriminação. Mais uma vez, a postura do professor fará diferença na forma como essa integração será vivida pelas crianças. A experiência positiva exemplar que muitas de nossas escolas bilíngues possuem em Libras (Língua Brasileira de Sinais) pode ser inspiradora também em situações em que é necessário acolher e se comunicar numa segunda língua. O mais importante é a atitude de querer ouvir e compreender as demandas e o processo de adaptação que estão vivendo. Nesse caso, o professor é o modelo mais próximo, e as suas atitudes diante desses alunos definem a forma como serão tratados pela comunidade escolar.

As crianças pequenas são especialmente sensíveis a esse tipo de situação. A adaptação à língua, nesses casos, pode representar um entrave no início da escolarização. Apesar de, nessa idade, terem bastante facilidade para aprender um idioma diferente daquele utilizado por suas famílias, as crianças chegam à escola ainda tentando compreender o que lhes é dito e se comunicar com os colegas e com os adultos, o que pode, por um lado, causar certa estranheza e levá-las a enfrentar algumas situações bastante desconfortáveis e, por vezes, ameaçadoras. É muito importante que essas crianças possam contar com o acolhimento e o apoio incondicional do professor e da comunidade, no sentido de inseri-las no meio escolar gradativamente e de se dispor a interpretar para elas esse mundo novo que, por algum tempo, poderá parecer assustador.

Em algumas situações, essas crianças acabam por se calar por um tempo, até que consigam se fortalecer e se sentir seguras para viver em um ambiente com o qual não têm familiaridade. Nesses casos, não é raro que esse movimento de silenciar seja interpretado como algum distúrbio ou uma questão séria ligada ao seu desenvolvimento. É preciso que a escola esteja atenta a todas essas questões e não deixe de considerar que o processo de adaptação também é vivido pelas famílias dessas crianças e que o acolhimento de todos é condição para que reconstruam suas vidas em nosso país.

Liberdade assistida: uma posição delicada

Além de ser alvo de discriminação, alunos em situação de liberdade assistida (LA) ou no cumprimento de alguma outra medida socioeducativa se encontram numa posição bastante vulnerável, uma vez que a possibilidade de viver em liberdade e na companhia da família e da comunidade estará sempre condicionada às atitudes, ao comportamento e ao desempenho demonstrados no espaço escolar. Assim, esses alunos demandam da escola uma atenção especial, não só no que se refere aos cuidados e aos procedimentos inerentes a essa condição, mas também no sentido de evitar que sejam discriminados por conta disso.



O fato de viver momentaneamente sob essa condição não justifica permitir, da parte de colegas ou dos adultos, um tratamento pautado pelo distanciamento, pelo medo e pelo desrespeito.

De outro modo, são esses alunos que precisam vivenciar, o mais intensamente possível, situações de convivência e interação com os colegas e os educadores para reconstruir algumas de suas atitudes e posturas. Não se trata de “bandidos” ou “pequenos criminosos”, mas de jovens em formação que cometem atos infracionais e que, nesse momento, precisam contar com todo o apoio da comunidade escolar para reconstruir o seu lugar social na comunidade, distinto dos estigmas que a LA costuma impingir. Assim, como sujeitos de direito que são, antes de mais nada, devem contar com o acolhimento e o respeito dos adultos da escola, que servirão de referência para que os outros alunos possam fazer o mesmo. É muito importante ainda evitar que sejam identificados apenas por essa condição, como “aquele aluno que está em liberdade assistida” ou “aquele LA”.



Estudantes em situação de inclusão

A presença, nas unidades educacionais, de estudantes que apresentam quaisquer tipos de deficiência vem sendo debatida, já há muito tempo. Esse debate teve início com a discussão acerca da pertinência da presença desses estudantes nas escolas, mas hoje, vencida essa etapa, o foco é a busca da melhor maneira de considerar e respeitar o processo e as formas de aprendizagem de cada um deles.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é um documento nacional, firmado em 2006, que passou a ter força de lei, como emenda constitucional no ano de 2009, sendo, portanto, soberana em relação às leis estaduais e municipais. De acordo com esse documento: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual, ou sensorial, os quais, **em interação com diversas barreiras**, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Assim, o que determina a deficiência de uma pessoa é a existência de barreiras impenitivas que ela precisa enfrentar para viver bem em seu meio social. Uma pessoa pode viver em *situação de deficiência* em um lugar, mas em outro não. O mesmo ocorre em relação à inclusão escolar.

Outro aspecto importante que demanda com urgência uma reflexão nos meios escolares diz respeito à existência de uma suposta categorização de deficiências, que, de alguma forma, define os alunos que “podem ser incluídos” e os que não. A professora Maria Cristina Kupfer contribui de forma bastante consistente com essa discussão quando define um dos mais importantes princípios da educação inclusiva: “A inclusão de uma criança garante a inclusão de todas”. O que nos leva a pensar que a inclusão de uma criança com deficiência garante a inclusão de todas as crianças na escola. Ou seja, a presença de todas as crianças na escola, com as suas marcas pessoais e com as suas singularidades, resulta da possibilidade de que qualquer criança, independentemente de ter ou não limitações ou deficiências, também possa frequentar a escola.

Há ainda um outro conceito de fundamental importância para a reflexão a respeito da presença dos alunos com deficiência na escola é a *educabilidade*, apresentada pelo pedagogo francês Philippe Meirieu como princípio pelo qual: “Quem deseja educar deve estar absolutamente convencido de que o outro é educável”.

De acordo com Meirieu, esse princípio coloca como condição primeira para a ação de ensinar a crença de que todas as crianças são capazes de aprender e aprendem. A ideia da educabilidade sustenta-se não apenas na necessidade do educador de dirigir ao aluno um olhar que aposta nele, mas também em uma disposição do professor de perceber, com base nos desafios que as diversas maneiras e os diversos estilos de aprender apresentam, a sua própria incompletude e, portanto, a sua própria educabilidade. Convencer-se de que é possível educar implica também a necessidade de deixar-se educar, “topar” fazer parte de um jogo novo e desconhecido, que tem início no encontro não apenas daquele que ensina com aquele que aprende, mas entre o que ambos sabem e o que ambos precisam saber.

Sujeitos de direito assim como todos os seus colegas, esses estudantes contam com um espaço cada vez maior nas escolas, conquista que pode ser atribuída a diversos fatores, como a presença de professores e outros profissionais de apoio, salas de atendimento especializado no contraturno, equipamentos assistivos, acesso arquitetônico e funcional etc.

Entretanto, para isso, foi determinante o fato de crianças, adolescentes e jovens com deficiência ingressarem nas escolas explicitando aos professores e aos outros educadores as suas (muitas) possibilidades de aprendizagem, as singularidades na forma de aprender e as necessidades específicas de cada uma, dando início a um rico processo de formação em ação dos professores. Hoje, é possível encontrar muitos desses estudantes usufruindo do direito de estar onde todas as crianças estão: na escola.

O grande desafio para os educadores é fazer da escola um espaço onde a presença da diversidade seja o reflexo da comunidade onde ela se insere, considerando as

“

Garantir que uma criança dita ‘defeituosa’ (com uma má formação congênita, uma síndrome ou uma característica diferente) viva é garantir que ninguém terá o poder de decidir sobre a vida ou a morte de quem quer que seja; portanto, garantir que uma criança com problemas viva é garantir que todas as crianças vivam também.”

Maria Cristina Kupfer,
Maria Helena Souza Patto
e Rinaldo Voltolini,
em *Práticas inclusivas em escolas transformadoras: acolhendo o aluno sujeito*

diferenças como fatores de contribuição para o processo de formação de todos e atribuindo-lhes o caráter de material de trabalho. Contudo, não há outra possibilidade de construir esse olhar a não ser por meio da prática escolar diária e da reflexão continuada a respeito dessas questões.

A escola tem como função proporcionar condições de aprendizagem para todos os alunos. Isso vale também para aqueles que não aprendem da mesma maneira e com base nos mesmos pressupostos e diretivas didáticas utilizados para a maioria. A construção de uma escola justa e democrática para todos e todas é uma tarefa bastante complexa, mas possível. Para isso, é fundamental que o professor se posicione, procure e aposte nas possibilidades de aprendizagem de todos os alunos: é certo que todos são capazes de aprender, ainda que não o façam da mesma maneira, ao mesmo tempo e com os mesmos recursos e intervenções.

Vale a pena também considerar a necessidade de se nos estudantes em situação de inclusão sempre partindo do ponto de vista das suas potencialidades, ou seja, daquilo que neles é preservado e que oferece ao professor a possibilidade de intervir e gerar crescimento. De outro modo, focar o olhar na negatividade, considerando apenas as faltas que apresentam, significa desprezar aquilo que de fato poderá determinar algum avanço no seu processo de aprendizagem.

Uma questão a ser considerada é a forma como esses estudantes devem ser tratados. Alguns demandarão do professor e dos outros adultos algumas intervenções de caráter individualizado, que não podem ser confundidas com privilégios, sobretudo pelos colegas. A prioridade, em algumas situações, deve acontecer apenas quando verdadeiramente necessária.

Dispensar a eles atenção e proteção especiais a todo momento, além de fixá-los no papel de “incapazes”, roubará deles as oportunidades de colocar suas capacidades em jogo, de se perceberem competentes para tomar iniciativas e de se aproximarem de seus colegas.



Saber que uma criança tem alguma síndrome ou traz consigo outra característica que pode gerar certos tipos de entrave para a aprendizagem talvez seja apenas o primeiro passo (e não o mais importante) para conhecê-la. Entretanto, mais do que isso, é essencial conhecer as suas possibilidades de aprender com base no que já sabe, identificar os recursos necessários e planejar meios de viabilizar as aprendizagens.

A Educação Infantil é uma etapa especialmente rica para o desenvolvimento de interações entre crianças e adultos com deficiência, pois conviver com pessoas com capacidades diversas é uma experiência inaugural decisiva na construção de formas de estar no mundo e se relacionar com as pessoas. Se, desde bebês, as crianças puderem identificar, naqueles com quem convivem e que delas cuidam, atitudes de respeito e interesse para com todas as crianças, bem como ser convidadas a agir do mesmo modo, também terão chance de desenvolver atitudes respeitosas e interessadas para com todos.

Da mesma forma, é indiscutível que a acessibilidade de espaços, materiais, objetos e brinquedos para todos pode oferecer oportunidades mais justas de locomoção, acesso e encontros que marcarão a convivência e as aprendizagens das crianças. Mais do que insistir num discurso de tolerância e compreensão, é importante oferecer a todos a oportunidade de conviver com os colegas com deficiência, sobretudo nas situações em que eles têm sucesso e não são marcados pela impossibilidade e pela necessidade de ajuda, compartilhando momentos de aprendizagem e de brincadeiras e estabelecendo, desde muito cedo, relações e laços de afeto legítimos, ou seja, crescendo juntos, independentemente de qualquer uma de suas características.

A discriminação pode acontecer de diferentes maneiras

DISCRIMINAÇÃO SILENCIOSA

Muitas vezes, a discriminação acontece de forma “silenciosa”, ou seja, sem que seja explicitada, mas muito muito presente no dia a dia. Seus reflexos podem ser percebidos tanto na sala de aula quanto nos corredores da escola. Acolher e conversar com

os alunos que sofrem a discriminação, sem solicitar a ajuda dos adultos, pode ser um primeiro passo, assim como fazer o papel de “ponte” entre ele e seus colegas, inserindo-o nas brincadeiras, nas rodinhas de conversa e nos movimentos do grêmio estudantil, criando situações de trabalho em equipe na classe ou organizando duplas de trabalho.

Num primeiro momento, as mediações dos adultos podem ajudar. Contudo, não é produtivo contar com esse apoio sempre. O mais aconselhável é que, aos poucos, os alunos se fortaleçam, descobrindo suas potencialidades nas situações de interação.

Nesses casos, é preciso que os adultos incentivem que os alunos a seguir sozinhos. Prestar a esses estudantes um atendimento superprotetor, seja por terem vivido recentemente situações de discriminação ou por apresentarem alguma deficiência, pode imprimir neles o estigma da incapacidade, comprometendo a sua vida escolar, além de despertar no grupo um sentimento forte de ciúme. Quando saem sempre em busca de ajuda dos adultos, fragilizam-se diante do grupo, tornando-se alvos ainda mais constantes de ofensas. Dessa forma, correm o risco de ocupar esse lugar na classe para sempre. Contribuir com o fortalecimento desses estudantes não significa deixá-los à própria sorte, mas, sim, ajudá-los a perceber seus direitos e experimentar gradativa autonomia.

Intervenções que coloquem em destaque as competências dessas crianças e desses adolescentes dentro e fora da sala de aula podem contribuir bastante para evitar que sejam estigmatizados. Nesse sentido, o professor pode convidá-los a apoiar um colega que apresenta dificuldades em determinado assunto, solicitar e considerar as opiniões deles nas discussões coletivas etc.



DISCRIMINAÇÃO EXPLÍCITA

Algumas situações de discriminação acabam se manifestando de forma agressiva, por meio de ofensas, do isolamento por parte do grupo e até de agressões físicas, exigindo dos educadores uma atuação mais direta e pontual. Uma vez que cumpre, em vários momentos, o papel de mediador e promotor do diálogo, a atuação do professor diante de situações de discriminação não deve ser diferente. Assim, um bom começo pode ser identificar a situação e dar voz às duas partes, sem julgar nenhuma delas, mediando um diálogo entre discriminador e discriminado. Nesse momento, é essencial que ambos possam se colocar, um diante do outro, explicitando como se sentiram e expressando seus desconfortos sem a censura e sem o julgamento do adulto.

Ainda que se faça necessária conversa individualizada com cada uma das partes, é importante garantir também momentos em que estejam juntos. Estar ao lado do aluno que sofreu discriminação nas situações de mediação não significa falar por ele nem representá-lo na discussão. Ele deve ser encorajado a se colocar, contando com o apoio do professor nos momentos em que seja necessário encorajá-lo ou quando se sentir ameaçado.

O educador pode e deve mostrar a sua indignação. No entanto, por mais que a situação de discriminação seja inaceitável, é fundamental considerar que esse é um momento de diálogo e que a fala do colega que foi discriminado pode causar, nessa hora, um impacto mais transformador que o discurso do adulto. É importante considerar que quem agride ou discrimina, assim como quem foi agredido ou discriminado, é um sujeito em formação e precisa da mesma ajuda e da mesma escuta que o outro, não podendo, portanto, ser discriminado também. Com esse tipo de mediação, a indignação e o respeito vão ganhando espaço nos grupos.

Por fim, sempre é possível e essencial dar a todos a oportunidade de reverter essas e outras situações. Pode-se sugerir que, depois da conversa, os alunos (discriminador e discriminado) façam uma atividade juntos (mas é importante que possam se colocar caso não se sintam preparados ou dispostos para tanto). Isso pode ajudar bastante

os dois, proporcionando momentos de descoberta e valorização das potencialidades de ambos (sempre mais relevantes que as características que os diferenciam).

Também vale a pena pensar que...

O encontro diário com as singularidades de cada um é, antes de tudo, uma condição para oferecer a todos uma formação que promova a construção de um olhar questionador para a sociedade atual, substituindo o incentivo ao individualismo e a competição por uma formação em valores coletivos, vinculados à ética dos Direitos Humanos e à cidadania.

Assim, os alunos saberão reconhecer e considerar os direitos daqueles que não são exatamente como eles, olhando para o coletivo, enxergando de forma crítica a cidadade em que vivem, buscando nela os sinais da inclusão social e educacional e lutando por ela sempre que se depararem com cenas de injustiça social e discriminação.



3. ATUAÇÃO NO COTIDIANO DA ESCOLA

Vista aqui como uma comunidade ampla, lugar de encontros e aprendizados, mas permeada também por relações de hostilidade e discriminação, a escola deve lançar mão dos seus dispositivos educacionais para não permitir que isso as situações de discriminação ganhem espaço dentro dela. Para isso, é importante trabalhar, com os alunos e com a comunidade escolar, as ideias do respeito, da diversidade, da justiça e da igualdade, por meio de ações educativas respeitosas, como as discutidas no Projeto Respeitar é Preciso!

A formação dos indivíduos tem sua fase mais intensa e profícuas nos primeiros anos de vida, quando já deve estar presente a convivência orientada pelo respeito mútuo e geradora de igualdade. Portanto, essas questões são importantes desde as primeiras experiências das crianças na escola, se possível ainda no berçário, compondo um processo de educação contínua, em que a ação do educador vai muito além da simples exposição de ideias e do discurso.

Nos anos da Educação Infantil, é fundamental que os educadores se envolvam e fiquem atentos a essas questões, tanto quanto os educadores dos outros segmentos. O que buscamos é uma mudança cultural, decorrente de um processo ininterrupto de “ação-reflexão-ação”, que não almeja apenas resultados pontuais no ambiente da escola, mas pretende implementar um processo de transformação no qual o respeito aos Direitos Humanos seja um princípio soberano.



A escola ensina valores o tempo todo, mesmo que os adultos não se deem conta de que, quando não abordam questões relacionadas a esses valores, estão afastando os estudantes da possibilidade de reflexão, crescimento e transformação consistentes nesse sentido. Cada gesto e cada decisão são ações educacionais que transmitem valores. Como combater a discriminação étnica expressa pelos alunos se ela está presente nos conteúdos curriculares, nos livros da biblioteca, entre outros espaços educativos? Ainda que sejam muitas e muito diferentes as situações de discriminação que ocorrem no espaço escolar, é possível pensar em algumas formas de intervenção no momento em que elas acontecem e elaborar ações, de caráter permanente, que podem contribuir no sentido de evitá-las e de potencializar a formação ética de todas e todos.

Ações de caráter permanente

É importante que a ideia de que toda discriminação é inaceitável, dentro e fora do ambiente escolar, se torne um valor compartilhado por todos, de forma gradual e pactuada. Isso vai acontecer de forma mais efetiva se os alunos puderem contar com o modelo dos adultos no dia a dia da escola, e não apenas com o discurso. Ações e comportamentos, falas, olhares, escolhas e decisões ensinam permanentemente, e é no convívio com eles que se cria e se reproduz um cotidiano em que os valores vão sendo apresentados, discutidos e ganhando sentido. **Trata-se de valores a serem construídos, e não de regras estritas de conduta para determinadas situações.**

A forma de lidar com as situações cotidianas de discriminação, bem como a indignação dirigida a elas, será um modelo para crianças e adolescentes, sempre atentos à coerência entre o discurso e as atitudes dos adultos. Da mesma forma, o tratamento que os adultos dispensam àqueles que, por qualquer motivo (gênero, orientação sexual, deficiência, condição étnico-racial, idade, origem, condição socioeconômica, política, religiosa e cultural), são alvo de discriminação estabelecerá parâmetros para a atuação dos alunos. Assim, é fundamental que os adultos dispensem a todos (sem exceção) o mesmo tipo de tratamento, reconhecendo os mesmos direitos para



todos, oferecendo àqueles que mais precisam as condições necessárias para alcançá-los (o que não significa privilegiá-los, mas, sim, exercitar a equidade) e permanecendo atentos às situações que merecem intervenções mais efetivas.

Além disso, discussões, tematizações e esclarecimentos devem acontecer como parte da formação ética de todos. Quanto mais frequentes forem as situações de discriminação, maior será o espaço que o tema deverá ocupar na rotina da escola, em diferentes momentos e espaços, não se limitando apenas à abordagem de situações pontuais nem intervenções de caráter punitivo. Notícias de jornal, ocorrências divulgadas pela mídia e comentários sobre situações recentes no entorno da escola contribuem para que a discussão sobre a discriminação e o preconceito se mantenha na “ordem do dia”, evitando que venham à tona somente nos momentos em que a escola enfrenta problemas.

4. SUGESTÃO DE ATIVIDADES PONTUAIS

Atividades para a Educação Infantil

A questão da discriminação deve ser tratada com especial atenção na Educação Infantil, pois nos anos iniciais da escolaridade é que as crianças viverão suas primeiras experiências em grupo. É muito importante que a equipe de educadores se empenhe em construir um ambiente de respeito e de valorização das diferenças entre as crianças desde o momento em que elas chegam à escola. Afinal, conviver num ambiente em que o respeito e as atitudes contra a discriminação são de fato vivenciados e observados é a melhor forma de educar as crianças, proporcionando a elas uma experiência diferente daquela que, muitas vezes, encontrarão fora da escola. Isso é a Educação em Direitos Humanos.

Conviver de verdade num grupo em que as características físicas de todas as crianças (cor de pele, cabelos, modo de falar, peso etc.) são valorizadas, e não representam motivo de segregação, ouvir histórias e participar de projetos que apresentem a cultura, as narrativas, a música e a poesia de diferentes grupos étnicos, povos e países

também são formas de estender os horizontes culturais das crianças e ensiná-las atitudes de interesse e cuidado para com o outro.

O interesse e o movimento das crianças pequenas na direção do outro são evidentes e muito peculiares nessa faixa etária. Os bebês, por exemplo, se dirigem aos adultos e às outras crianças por inteiro, querem tocá-los, experimentá-los, conhecê-los com os olhos e com as mãos.

Na Educação Infantil, a abertura para os demais é marcada pela afetividade e pelas emoções, pelo predomínio do gesto e da expressão. Tendo isso em vista, é possível valorizar e estimular o interesse entre as crianças, organizando situações em que elas brinquem juntas, variando os agrupamentos dentro da sala e respeitando as suas preferências e a possibilidade de fazer amizades.

Outro momento importante que oferece oportunidade para a escuta e a visibilidade de desejos, mediação de conflitos e compartilhamento de projetos é a roda de conversa. Não se trata de uma roda de conversa protocolar, que acontece “pró-forma” e na qual não circulem assuntos de interesse de todos, mas uma roda de conversa que funcione como um dinâmico do grupo, um fórum significativo que movimente e dê visibilidade a temas e questões relacionadas à vida dos grupos de crianças, fortalecendo os seus laços afetivos, com respeito e atenção genuínos às suas questões.

No caderno *EDH para Todas as Idades* do Projeto Respeitar é Preciso!, há sugestões de atividades para a Educação Infantil que têm como foco a valorização das diferenças e a construção de atitudes não discriminatórias com os grupos de crianças.

Atividades para o Ensino Fundamental

A atitude do professor para com seus alunos é uma fonte de inspiração, na medida em que pode ensiná-los muito sobre cuidado, justiça e responsabilidade. Portanto, os educadores devem sempre buscar ser coerentes, especialmente quando diante das crianças, ouvi-las



atentamente em casos de conflito e pedir suas opiniões nos casos em que for preciso encontrar soluções para os problemas do grupo.

Do mesmo modo, os educadores podem explicar o significado de palavras desconhecidas e ideias novas sempre que necessário. E não podem deixar de informar, contextualizar ou aproveitar os eventos locais e as notícias da mídia para discutir com os alunos. O clima de antagonismo na época das eleições, as brigas envolvendo torcedores, a discriminação contra pessoas ou grupos e a violência contra crianças noticiados pela mídia interessam e muitas vezes angustiam as crianças, cujos sentimentos podem ser contemplados quando se conversa sobre esses fatos. Nesse sentido, é interessante comentar com os alunos sobre as conquistas, as resoluções, as medidas para a proteção e até mesmo as sanções impostas pela sociedade quando há violação de Direitos Humanos.

Também no Ensino Fundamental, em função da crescente capacidade de compreensão e argumentação, os próprios conteúdos curriculares abrem ricas possibilidades de debates sobre preconceitos, discriminação e injustiça. (Ver caderno *Respeito na Escola*.)

Atividades originárias das culturas indígenas

Na tradição cultural brasileira, temos diversos jogos de origem indígena que podem ser utilizados como recurso pedagógico para familiarizar os estudantes com os saberes ameríndios. É possível realizar uma pesquisa na internet sobre os jogos tradicionais indígenas para escolher o que melhor se adequa ao desenvolvimento das propostas pedagógicas de cada unidade educacional.

Após a escolha da atividade a ser desenvolvida, é interessante fazer uma pesquisa sobre o povo que realiza essa brincadeira e sobre a região em que ele habita para contextualizar a brincadeira e aprofundar o conhecimento sobre a diversidade dos povos indígenas e as suas tradições.

Um exemplo disseminado por todo o país é o jogo da peteca, brincadeira tradicional indígena que pode ser praticada pelos estudantes para dinâmicas de cooperação em grupo. Para as aulas de Matemática, por exemplo, pode se propor o jogo da onça, originalmente praticado pelos Guarani e também pelos Bororo. Esse é um jogo de estratégia para dois jogadores. No tabuleiro, uma peça representa a onça e 14 outras representam cachorros. A onça tem o objetivo de capturar os cachorros. A captura é feita como no jogo de damas. O jogador que atua com os cachorros tem o objetivo de encurralar a onça e deixá-la sem possibilidade de movimentação.

Outra brincadeira que sempre encontramos no ambiente escolar e tem origem indígena é a cama de gato. Nela, um participante cria uma armação com um barbante em suas mãos e passa para o outro integrante, que vai seguindo uma sequência de figuras geométricas. Essa brincadeira trabalha a coordenação motora fina, a memória, a concentração e a imaginação. Pode-se pesquisar sobre as figuras formadas e os seus significados no universo indígena.

Em Educação Física, pode-se pesquisar sobre a dança Xondaro. Ela faz parte da tradição dos Guarani-Mbya e é uma dança em roda em que os participantes vão desviando do bastão que o mestre da dança coloca como obstáculo. É um treino de agilidade e equilíbrio.

Outra tradição que pode ser estudada e utilizada como referência são as bonecas Rítxòkò, do povo Karajá. Declaradas patrimônio cultural em 2012, são feitas de barro, representam as atividades cotidianas dos Karajá, e suas pinturas fazem referência às pinturas corporais desse povo. Nas aulas de Arte, pode-se pesquisar as pinturas, os modos de preparar a argila e as atividades cotidianas dos Karajá, a serem representadas pelos estudantes.

Para explicitar o quanto a nossa cultura é permeada pela tradição indígena, pode-se propor aos estudantes a realização

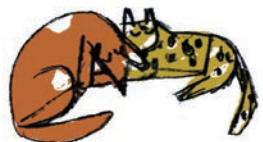
de uma pesquisa sobre os nomes dos lugares por onde eles passam no trajeto de casa até a escola ou dos locais que conhecem e que têm origem indígena, como Itapirema, Pirauá, Macaparana, Ipanema, Tatuapé, Anhangabaú, entre tantos outros. Depois do levantamento desses nomes, pode-se fazer uma pesquisa sobre o significado deles nas línguas indígenas. Em geral, esses nomes fazem referência às características geográficas de cada região, como: Itapuã, praia de Salvador (BA), que quer dizer “pedra erguida”; Aracaju (SE), que significa “cajueiros das araras”; Ipatinga (MG), que quer dizer “lagoa branca”.

Algumas ideias para trabalhar com os adultos

CONVIVENDO COM A DISCRIMINAÇÃO

A proposta apresentada a seguir é a simulação de uma situação que envolve pessoas num contexto de discriminação. A sugestão é para que os educadores desempenhem o papel de pessoas sujeitas à discriminação, aqui representadas por aqueles que têm algum tipo de deficiência física. Esse modelo de atividade pode ser utilizado em outros contextos ou outras situações de discriminação para sensibilizar e promover uma reflexão sobre o tema.

1. Esta é uma dinâmica que pode ser realizada durante um encontro do Projeto Respeitar é Preciso!, devendo ser encaminhada preferencialmente antes do intervalo ou do café, sem que os participantes saibam de antemão que ela ocorrerá. Para começar, os coordenadores do encontro solicitam que todos se organizem em duplas.
2. Os coordenadores dos encontros passam pelas duplas atribuindo os papéis de “pessoa com deficiência” ou de “acompanhante” (alguém que esteja ao seu lado) para cada um dos componentes das duplas.
3. Então, distribuem-se vendas para os olhos, barbantes para amarrar as mãos uma à outra, impedindo os movimentos, e fita adesiva para que os pés sejam presos um





ao outro. Dessa forma, cada dupla tem um integrante vivenciando uma deficiência física e outro como o acompanhante.

4. Assim preparadas, as duplas tomam o lanche oferecido no intervalo.

5. Após o intervalo, o grupo pode compartilhar suas experiências e sensações, tendo sempre como focos as dificuldades, a sensação dos olhares em volta, a comunicação com as pessoas ao redor e a atuação do ajudante. Em seguida, todos são convidados a estender a reflexão, considerando os outros que também são foco de discriminação.

Outras propostas que podem contribuir para a reflexão dos educadores

Educar para a não discriminação é uma tarefa que demanda sensibilidade. Assim, atividades reflexivas sobre o tema são importantes também entre os adultos.

O QUE JÁ SENTIU OU VIU

Em algum momento da vida, todo mundo já presenciou ou viveu alguma situação de discriminação. Uma boa maneira de iniciar uma reflexão sobre esse assunto é compartilhar com os colegas, relatando e comentando situações vivenciadas.

Nesse exercício, é interessante também lembrar coletivamente as situações de discriminação presenciadas ao longo da vida escolar, dando destaque às intervenções dos adultos que mediaram a situação e aos sentimentos que surgiram no momento.

Esses momentos revelam a todos como e há quanto tempo a discriminação está presente nas escolas, contribuindo também para a busca de estratégias e encaminhamentos que podem se mostrar potentes para o respeito à diversidade. Esse é um tema bastante complexo e delicado. A reflexão, o trabalho coletivo, a escuta e a possibili-

dade de expor dúvidas e desconfortos são essenciais para o sucesso da empreitada a que se propõe a prática da Educação em Direitos Humanos.

O ASSUNTO SEMPRE EM PAUTA

Aos poucos, as situações de discriminação vividas na escola e os encaminhamentos educativos realizados passam a ocupar um espaço importante nas conversas, sendo tematizados e levando ao grupo a possibilidade de construir um repertório de experiências que, registradas de alguma forma, podem oferecer subsídios para situações que envolvem intervenções ou tomadas de decisão. Trata-se de um material precioso, que também pode ser feito virtualmente, num documento compartilhado com todos os interessados.

A sala dos professores e os outros espaços de grande circulação de adultos podem ter um “cantinho”, ou um pequeno caderno, ao qual toda a comunidade de adultos tem acesso e no qual podem ser registrados casos de sucesso, “pedidos de socorro”, desfechos de casos que foram expostos etc.

Para envolver o conjunto de profissionais que atuam na unidade educacional, o mural da escola pode prestar grande ajuda se apresentar com regularidade pelo menos uma notícia ou nota que aborde situações ou temas relacionados à discriminação. É importante que esse conteúdo seja atualizado e renovado com frequência.

A manutenção das conversas, bem como a construção desse material de autoria coletiva, dependerá da determinação de um tempo para que os grupos se dediquem a essa questão, ainda que se inicie com 15 minutos ou aconteça no fim de reuniões pedagógicas, para socializar situações recém-vivenciadas e ouvir sugestões dos colegas. Levar para a apreciação coletiva artigos de jornais, livros, sites e biografias que abordam essas situações também contribui com o processo, sustentando a discussão. O importante é que o tema da discriminação esteja presente na vida da escola e que seja “encarado de frente” pelos educadores.

BIBLIOGRAFIA

ALBISSÚ, Nelson. *Semente antibullying*. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. *Balanço da ação do MEC para a implementação da Lei n. 10.639/2003*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade/Ministério da Educação, 2008.

_____. *Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. *Contribuições para a Implementação da Lei n. 10.639/2003: Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: Grupo de Trabalho Interministerial/Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_etnicoraciais.pdf. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão*. Organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros. Brasília: Secadi/Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: Conselho

Nacional de Educação/Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. *Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

_____. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: Secad/Ministério da Educação, 2006.

_____. *Plano Nacional de Educação*. Lei n. 13.005. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência*. Decreto n. 7.612. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/633.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. *Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004*. Brasília: MEC/Conselho Nacional de Educação, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020.

CALISSI, Luciana; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. *Educação em direitos humanos*. Manual do professor. Livros 1, 2, 3, 4 e 5. João Pessoa: Grafiset, 2013.

CASTRO, Paula Drummond de & CAIRES, Luanne. Encontros e desencontros: como os conhecimentos indígena e tradicional interagem com o meio universitário. Dossiê Povos Tradicionais. Em *Revista Com Ciência*. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. São Paulo, novembro de 2017. Disponível em: <http://www.comciencia.br/encontros-e-desencontros-como-os-conhecimentos-indigena-e-tradicional-interagem-com-o-meio-universitario-2/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CAVALLEIRO, Eliane dos S. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2002.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. *Índios na Cidade*. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://cpisp.org.br/indios-em-sao-paulo/terras-indigenas/indios-na-cidade/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *A violência contra negros e negras no Brasil*. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/a-violencia-contra-negros-e-negras-no-brasil/>. Acesso em: 17 jan. 2020.

FREIRE, José Ribamar Bessa. A herança cultural indígena, ou cinco ideias equivocadas sobre os índios. Em *Cineastas indígenas: um outro olhar*. Guia para professores e alunos. Olinda: Vídeo nas Aldeias, 2010.

_____. Cinco ideias equivocadas sobre os índios. Em *Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano*, n. 1, p. 17-33. Manaus, setembro de 2000. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/cinco_ideias_equivocadas_jose_ribamar.pdf. Acesso em: 17 jan. 2020.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Legislação indigenista brasileira e normas correlatas*. Brasília: Coordenação Geral de Documentação da Funai, 2003.

GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. *Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Em *Curriculo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

HADJI, Charles. *Pensar e agir a educação: da inteligência do desenvolvimento ao desenvolvimento da inteligência*. Trad. Vanise Dresh. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO. Ata final do 1.º Congresso Indigenista Interamericano, celebrado en Pátzcuaro, México, abril de 1940. México, 1948.

KUPFER, Maria Cristina; PATTO, Maria Helena Souza; VOLTOLINI, Rinaldo. *Práticas inclusivas em escolas transformadoras: acolhendo o aluno sujeito*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2017.

LOPES DA SILVA, Aracy & GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1.º e 2.º graus*. 4.ed. São Paulo/Brasília: Global/MEC/MARI/UNESCO, 2004. Disponível em: http://www.pineb.ffch.ufba.br/downloads/1244392794A_Tematica_Indigena_na_Escola_Aracy.pdf. Acesso em: 18 jan. 2020.

MACEDO, Lino de. *Ensaios pedagógicos: como construir uma escola para todos?* Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso & COLLARES, Cecília Azevedo Lima. A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. Em *Cadernos Cedes*, n. 28. Campinas: Papirus/Cedes, 1992.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. 2.ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma L. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de & CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Em *Educação em Revista*, v. 26, n. 1. Belo Horizonte: UFMG, abril de 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982010000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Brasília: Unesco, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT*. Brasília, 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em: 17 jan. 2020.

PUIG, Josep Maria. Aprender a viver. Em ARAÚJO, Ulisses F.; PUIG, Josep Maria; ARANTES, Valéria Amorim (orgs.). *Educação e valores: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2007.

RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (orgs.). *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

SANTOS, Gislene (org.). *Negros e brancos na escola*. São Paulo: Terceira Margem, 2009. (Coleção Percepções da Diferença.)

SILVA, Dilma de Melo (org.). *Brasil: sua gente e sua cultura*. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

SILVA, Edson. Povos indígenas: história, culturas e o ensino a partir da Lei 11.645. Em *Historien*, v. 7, p. 39-49. Petrolina: Universidade de Pernambuco, 2012. Disponível em: <http://www.espacociencia.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/04/TextoIndios.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

VIANNA, Walny. *Direitos humanos e cidadania: Ensino Fundamental*. Livro do professor. Volumes 1, 2, 3, 4 e 5. Curitiba: Base Editorial, 2011.

ZILLER DE ARAUJO, Ana Carvalho; CARVALHO, Ernesto Ignacio de; CARELLI, Vincent Robert. *Cineastas indígenas, um outro olhar: guia para professores e alunos*. Olinda: Vídeo nas Aldeias, 2010. Disponível em: http://www.videonasaldeias.org.br/downloads/vna_guia_prof.pdf. Acesso em: 17 jan. 2020.

Filmes e documentários

As hiper mulheres. Direção: Carlos Fausto, Leonardo Sette e Takumã Kuikuro, Brasil, 2010.

Corumbiara. Direção: Vincent Carelli. Brasil, 2009.

Família Alcântara. Direção: Daniel Solá Santiago e Liliam Solá Santiago. Texto: Luciene Cecília Barbosa. São Paulo: Núcleo de Educação Étnico-Racial/SME, 2005.

Ganga Zumba. Direção: Cacá Diegues. Brasil, 1964.

Heróis de todo mundo. Direção: Luiz Antonio Pilar. Brasil, 1964.

Índio cidadão? Direção: Rodrigo Siqueira. Brasil, 2014.

Marangmotxíngmo Mirang: das crianças Ikpeng para o mundo. Direção: Karané Ikpeng, Natuyu Yuwipo Txicão e Kumaré Ikpeng. Brasil, 2001.

Ori. Direção: Raquel Gerber. Brasil, 1989.

Pisa ligeiro. Direção: Bruno Pacheco de Oliveira. Brasil, 2003.

Quilombo. Direção: Cacá Diegues. Brasil, 1984.

Terra dos índios. Direção: Zelito Viana. Brasil, 1979.

Sites de referência sobre a questão indígena

IBGE, Censo 2010, Indígenas
<https://indigenas.ibge.gov.br>

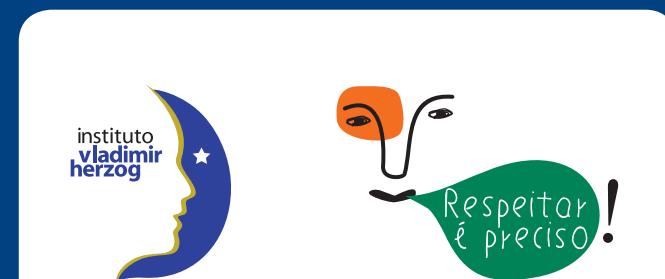
Instituto Socioambiental
<https://www.socioambiental.org/pt-br>

Povos Indígenas no Brasil
https://pib.socioambiental.org/pt/Página_principal

Povos Indígenas no Brasil Mirim
<https://mirim.org>

Vídeo nas Aldeias
<http://www.videonosaldeias.org.br/2009/index.php>

E D U C A Ç Ã O E M D I R E I T O S H U M A N O S



9 786586 248036